

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2023

A empresa ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ/MF Nº 33.441.004/0001-64, sediada à Rua José da Silva, nº 198, Londrina/PR, representada por sua sócia-administradora ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA, inscrita no CPF sob o nº 035.376.829-48, vem, mui respeitosamente, ante Vossa Senhoria, apresentar CONTRARRAZÕES DE RECURSO, nos termos a seguir delineados.

1. DOS FATOS

A empresa recorrente WW DA SERRA VEICULOS LTDA, não se conformando com o resultado do pregão eletrônico em epígrafe, manifestou interesse em recorrer e o fez apresentando o recurso que ora se refuta.

Como será demonstrado neste instrumento petitiório, os argumentos vinculados no recurso não são suficientes para culminar na desclassificação da recorrida, uma vez que foram atendidas todas as exigências feitas pela municipalidade, merecendo, portanto, ser rejeitado o recurso, conforme se passa a expor.

2. DA INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO EDITALÍCIA PARA PARTICIPAÇÃO DE APENAS CONCESSIONÁRIAS OU FABRICANTES – IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO EDITAL APÓS O PRAZO LEGAL – INOVAÇÃO INACEITÁVEL – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O recurso tentar fazer crer que somente empresa concessionária autorizada da marca oferecida ou fabricante poderiam participar do certame. Na peça recursal a recorrente questionou inclusive o trabalho da pregoeira, afirmando que esta se equivocou em habilitar a recorrida como vencedora.

Data vênia, o recurso não merece acolhimento, senão vejamos:

A intenção da recorrente é de compreensibilidade: TENTAR LIMITAR A CONCORRÊNCIA DO CERTAME; o edital, em momento algum corrobora a afirmação de que o certame está limitado somente a concessionárias e fabricantes.

Ora, a empresa recorrida foi vencedora por atender a todas as exigências do edital, conforme mencionado expressamente pela pregoeira na sessão; ainda assim, a empresa recorrente permaneceu manifestando a intenção de recurso, com o objetivo claro de tumultuar o certame, atrapalhando a sua condução e finalização, o que por si só já não atende ao melhor interesse da Administração.

O Edital regulador do certame assim dispôs acerca de quem estaria habilitado para participar do processo licitatório, conforme disposto in verbis:

4 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO 4.1 - Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às seguintes exigências: 4.1.1 - Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa; 4.1.2 - Estejam regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF e no sítio www.gov.br/compras; 4.1.3 - Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do sistema Comprasnet SIASG para sua correta utilização; 4.2 - Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços.

Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas. 4.3 - Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa. 4.4 - Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

Como se pode verificar, as condições concomitantes eram as seguintes: a) Atuar em ramo de atividade compatível com o objeto licitado; e b) Atender às condições exigidas neste edital e em seus anexos. Não se verifica em momento algum do item 4 a limitação de participação apenas a concessionárias ou fabricantes.

Destaca-se que a recorrida é empresa que atua no ramo de venda de veículos há quase 10 anos e possui capacidade técnica comprovada, inclusive já forneceu centenas de veículos aos mais variados órgãos públicos, o que foi devidamente comprovado pelos Atestados de Capacidade Técnica apresentados a Municipalidade, e juntados novamente anexos.

Da imensa gama de documentos listados no Edital, em momento algum a Municipalidade exigiu Cartão de Concessão/Contrato de Concessão ou Atestado de Fabricante de veículos. Outrossim, destaca-se que se o edital intentasse que apenas concessionárias ou fabricantes participassem do certame, teria delimitado isso em seu bojo, contudo não o fez, pois se o fizesse estaria limitando a concorrência.

Ao entregar a listagem de documentos exigidos e comprovar sua capacidade técnica, a recorrida demonstrou a pregoeira que possui condições de entregar os veículos objeto da licitação, não havendo que se falar em impedimento ou inabilitação. Querer inculcar ao edital exigência que nele não está listada, é violar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

O que ocorre no caso em tela é que a recorrente, com o objetivo de desclassificar a recorrida a qualquer custo, instrumentaliza a interpretação da Lei Ferrari para seu favorecimento econômico, em detrimento do atendimento do melhor interesse da Administração, que é efetivamente a obtenção da proposta mais vantajosa por empresa apta a participar do certame.

O veículo ofertado pela recorrida é novo, 0KM, com primeiro emplacamento para o município. Para que não haja dúvidas à Administração sobre a capacidade técnica da recorrida para tanto, junta-se, anexo a este instrumento

petitório, CRLV de veículos entregues recentemente a algumas prefeituras (iremos também enviar por e-mail à municipalidade), em que o primeiro emplacamento foi feito em nome dos municípios. Assim, o argumento utilizado pela empresa recorrente de que “Desta forma ao permitir a participação de revendas não detentoras de concessão comercial das produtoras, a Administração não é consumidora final, o que juridicamente foge da definição de veículo novo. As sociedades empresárias multimarcas, que não são representantes dos fabricantes, emplacam o veículo em nome próprio, ou quando não emplacam, tiram uma nota ao órgão Público de forma incorreta, uma vez que a nota usada para o seu primeiro emplacamento tem que ser da Montadora ou Concessionária de Veículos OKM, e, posteriormente, transferem ao adquirente, sendo que, durante essa operação, o bem deixa de ser zero quilômetro e passa a ser SEMINOVO.” não só é infundado, como se constitui, em verdade, como uma afronta aos princípios licitatórios da competitividade, isonomia, vinculação ao edital, princípio do formalismo moderado, do desenvolvimento sustentável e demais princípios que norteiam os certames. Ademais, importante mencionar que o direcionamento de certames somente a concessionárias e fabricantes se configura como reserva de mercado, um crime contra a economia popular. Sob qualquer ângulo que se analise, as alegações da recorrente não se sustentam, de modo que o recurso merece a total improcedência.

3. VEÍCULO OKM – PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DA MUNICIPALIDADE

A recorrente, após perder o pregão por não apresentar MELHOR VALOR alega que a recorrida não pode vender veículos 0km pois não é montadora ou concessionária, o que em tese a impediria de entregue à municipalidade veículo 0km. Portanto inicialmente, importante destacar que o procedimento adotado pela recorrida é o mesmo de qualquer revendedora de veículos novos, explica-se:

A condição de primeiro “dono” do veículo é da montadora/fabricante, fato procedente. Após a fabricação/montagem do veículo, o mesmo é colocado no pátio aguardando a remessa para os compradores, sejam eles concessionários ou compradores diretos.

Desse modo, a recorrida segue o mesmo caminho feito por concessionárias e distribuidoras, contudo, atua focada no seguimento público, atendendo demandas de veículos transformados em ambulância e outros de necessidade da administração pública. Então, no processo de transformação e entrega do veículo objeto da licitação, em momento algum o veículo é registrado em nome da recorrida.

O processo de aquisição do veículo em nome da Prefeitura de Nova Friburgo é efetuado tal qual na concessionária ou na revenda, uma vez que o veículo é faturado em nome da recorrida e o primeiro emplacamento é efetuado em nome da Prefeitura, com a emissão da competente nota fiscal e CRLV.

Após a adequação do veículo dentro dos parâmetros previstos no processo licitatório, a recorrida efetuará a entregará o veículo 0km para a Prefeitura, sendo feito o primeiro licenciamento, registro e emplacamento, em nome do órgão licitante, inexistindo assim a retirada de condição de “novo” do veículo entregue.

Como se vê, em nenhum momento o veículo é registrado/licenciado em nome da recorrida junto ao DETRAN, em resumo podemos assim descrever todo o processo envolvendo a compra do veículo após vencer o certame:

a) Após a assinatura do contrato, a Recorrida fatura o veículo junto a montadora; b) O veículo é faturado e enviado para preparação conforme exigências do edital; c) Procedida a preparação, o veículo é entregue a compradora; d) Na entrega do veículo é providenciado o seu primeiro licenciamento e registro em nome da Prefeitura;

Ora, caso fosse uma concessionária que vencesse o pleito licitatório, o processo seria o mesmo, o veículo seria faturado pela vencedora em seu nome junto a montadora a que é afiliada e depois da transformação seria entregue. É perceptível que no processo descrito em momento algum o veículo perde seu caráter de novidade, mas simples trâmite burocrático necessário à consecução da finalidade almejada.

A questão suscitada, decorre na verdade de interpretação errônea da Lei Ferrari, uma vez que empresas concessionárias deturpam a ratio legis e aduzem que somente elas podem efetuar a venda de veículos “novos”, o que não corresponde à realidade.

A Lei Ferrari em seu art. 12, assim dispõe a respeito das concessionárias:

Art. 12. O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda.

Parágrafo único. Ficam excluídas da disposição deste artigo:

a) operações entre concessionários da mesma rede de distribuição que, em relação à respectiva quota, não ultrapassem quinze por cento quanto a caminhões e dez por cento quanto aos demais veículos automotores; b) vendas que o concessionário destinar ao mercado externo.

O dispositivo contém uma limitação às concessionárias, e não um direito exclusivo a elas. Caso coubesse tão somente às concessionárias a venda de veículos novos, deveria se deslocar a palavra “só” no início do art. 12, para se dizer que “somente o concessionário pode realizar venda de veículos novos”. Mas não é isso que está dizendo o dispositivo.

Inexiste, portanto, perda da novidade no veículo, uma vez que o procedimento realizado pela peticionária em momento algum lhe transfere a titularidade do bem, ou retira o caráter de 0km do veículo.

Como visto, assegurado o caráter de novo, 0 km, do veículo ofertado pela recorrida, fato é que quanto maior o número de licitantes, maior é a probabilidade de as propostas contemplarem preços mais vantajosos para a Administração Pública, raciocínio que contribui para não haja a limitação da participação de empresas como a recorrida, nos processos licitatórios, já que esta também possui capacidade para entregar veículos novos, 0 km, com primeiro emplacamento para os órgãos públicos, como já exaustivamente exposto e comprovado neste instrumento petitório.

DO REQUERIMENTO

Diante de todo o exposto, requer seja negado provimento ao recurso interposto pela empresa WW DA SERRA VEICULOS LTDA, e respectiva manutenção da habilitação e da proposta vencedora da recorrida no processo licitatório do Pregão Eletrônico 171/2023, por apresentar menor preço e ainda atender a todos os requisitos do edital. Outrossim, desde já a recorrida se coloca à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Londrina, 09 de novembro de 2023

J.C.B. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

